

# A CONSTRUÇÃO DO CORPO SEXUADO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS SIGNIFICADOS DE GÊNERO E DE COMO ESTE SE ARTICULA COM O CORPO

## *THE CONSTRUCTION OF THE SEXED BODY: A REFLECTION OF MEANINGS OF GENDER AND HOW IT ARTICULATES WITH THE BODY*

THAYSE FIGUEIRA GUIMARÃES<sup>1</sup>

Recebido em: 11/04/2011

Aprovado em: 24/06/2011

### RESUMO

A despeito dos diversos modos de compreender os corpos sexuados e teorizar sobre eles, argumenta-se, neste artigo, que o processo de naturalização das diferenças sexuais e a patologização das identidades sociais perpetuam regimes de verdades que relacionam corpos inteligíveis a expressões de gênero, compreendidas como verdadeiras e/ou originais. Parte-se do pressuposto de que a natureza do corpo sexuado é “naturalizada” e de que o gênero é um conceito-chave para se entender a materialidade do sexo e de como ele se faz passar por natural. Sob essa perspectiva, propõe-se, com base no pensamento de Judith Butler, questionar o processo de normatização do corpo sexuado, com vista a causar fricções na norma segundo a qual se qualifica o humano. Para isso, além de desenvolver a noção butleriana de materialidade corpórea, apresenta-se também a perspectiva foucaultiana dos regimes de saber-poder que constituem os sujeitos sexuados. Traz-se ainda a perspectiva histórica desenvolvida por Laquer sobre a passagem do isomorfismo para o dimorfismo. Tais perspectivas mostram o corpo sexuado ligado a uma historicidade, sendo parte de uma economia discursiva de uma determinada época e cultura.

**Palavras-chave:** Corpo; Gênero; Materialidade; Sexualidade; Sujeito.

### ABSTRACT

*Considering the different ways of understanding the sexed body and theorize about it, it is argued here that the naturalization of sexual differences and the pathologizing of social identities perpetuate regimes of truth that relate intelligible bodies with expressions of gender, that are understood as real and/or original. Through this perspective, I propose, based on the thought of Judith Butler, questioning the process of regulation of sexed body in order to cause frictions in the norm that qualifies the human. I assume that the nature of sexed body is “naturalized” and that gender is a key concept for understanding the materiality of sex and how it is pass for natural. For this, besides developing butleriano’s concept of materiality of the body, also I present the Foucault’s account of the regimes of knowledge/power that produce sexed subjects. I bring also the historical perspective developed by Laquer of the passage of isomorphism for dimorphisms. These perspectives show the sexed body linked to a history, being part of a discursive economy of a given era and culture.*

**Keywords:** Body; Gender; Materiality; Sexuality; Subject.

<sup>1</sup> Graduada em Letras Licenciatura Plena Português/Inglês pela Faculdade São José (FSJ), mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2009) e doutoranda do Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada da mesma instituição. E-mail: thayseguimaraes780@gmail.com

*Quase tudo o que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero.*

(LAQUER, 2001, p. 23).

*Constituídos como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu. Entregue desde o início ao mundo dos outros, carrega sua marca, é formado dentro do cadinho da vida social; somente mais tarde, e com certa insegurança, posso reclamar meu corpo como meu, se, de fato, eu alguma vez o fizer.*

(BUTLER, 2004, p. 25, tradução nossa).

## 1 Introdução

De modo geral, na história dos estudos sobre os corpos sexuados, compreende-se a humanidade como parte das espécies de reprodução sexuada que tem dois sexos anatomofisiológicos. A sociedade se organiza confiando nessa diferença sexual, de tal modo que existir é, antes de tudo, ser homem ou ser mulher. Tomando como referencial a situação de uma mulher grávida, por exemplo, conforme os meses passam, aumenta a ansiedade sobre o sexo da criança. A revelação esperada não é um diagnóstico imparcial e descompromissado, mas um comando, a enunciação de uma norma. A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando é anunciado o sexo do feto (BENTO, 2010). Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições que se dirigem para a preparação do corpo, para que desempenhe com êxito o seu gênero. Logo a sociedade irá receber uma menina ou um menino, e a construção de tal corpo seguirá expectativas de comportamento, tipo de vestimenta, campo discursivo, gestos, olhares e outros, cujas bases obedecem à lógica dos gêneros inteligíveis: vagina-mulher-feminino *versus* pênis-homem-masculino. Esses sinais exteriores, postos em ação, dão visibilidade ao corpo e o qualificam dentro da categoria de humano (BENTO, 2010). Mas afinal, qual é a substância material que determina a verdade desses corpos? São as suas genitálias?

São suas estruturas cromossômicas? São seus hormônios? É a possibilidade de reprodução? Por que seriam esses os fatores decisivos? E o gênero?

Nascemos em um mundo previamente posto, possibilitado por normas anteriores a nós, que privilegiam somente um modo de sociabilidade para a vida corpórea. Essa concepção parte do princípio de que há dois corpos opostos incomensuráveis: macho e fêmea, diferentes não somente em seus sexos, mas em todo aspecto concebível do corpo e da alma (LAQUER, 2001). Esses corpos são portadores de diferenças irrelacionáveis, como a espessura da pele, o tamanho do crânio, a estrutura psíquica e os órgãos genitais, sendo que tais diferenças só se complementariam no ato sexual. As marcas anatomofisiológicas, nesse caso, não são somente a causa do que é distinto entre os corpos, mas também algo que torna essa distinção altamente binária e heteronormativa: cria-se um corpo-homem e um corpo-mulher com essências próprias, nos quais a heterossexualidade daria coerência às diferenças binárias do gênero (NICHOLSON, 2000). Dentro dessa interpretação fundacionalista da diferença sexual, o único lugar habitável para o feminino torna-se os corpos-mulheres, e, para o masculino, os corpos-homens (BENTO, 2010), sendo os mesmos compreendidos como naturalmente opostos - signo pelo qual esse corpo se torna legítimo. Daí as promessas e expectativas que se produzem para cada um desses

corpos sexuados, tais como virilidade e força *versus* instinto materno e amor.

Agir de acordo com um/a homem/mulher seria pôr em ação verdades que se acreditam estar fundamentadas na natureza sexuada daquele corpo (BENTO, 2010). Sob essa perspectiva, se tal corpo fracassa nas idealizações normativas de seu gênero, ele poderá ser posto à margem do considerado humanamente legítimo. Entretanto, se as ações fracassam, ou seja, não correspondem às verdades estabelecidas a cada gênero, abre-se também a possibilidade de desarranjo das normas segundo as quais se qualifica o humano legítimo. Assim, vale nos questionarmos sobre o que seria um homem/mulher de verdade? Quem são os seres não concebíveis como homem ou mulher?

O processo de naturalização das identidades sociais e a sua patologização perpetuam regimes de verdades que relacionam corpos inteligíveis a expressões de gênero compreendidas como originais e/ou verdadeiras. O gênero adquire vida pelas roupas que compõem o corpo, gestos, olhares, ou seja, por uma estilística apropriada (BUTLER, 1999). Aprendemos a distinguir, pelas marcas de gênero, corpos “femininos” de corpos “masculinos” e o tipo de sexualidade que tal corpo deve expressar. Sendo o corpo controlado pelas idealizações de gênero, devemos, então, questionar-nos sobre o caráter imutável do sexo e da diferença sexual. Se a explicação para os corpos-homem e para os corpos-mulher está no seu gênero, não seria também o próprio dimorfismo dos corpos tão contestável quanto seu gênero? Seria o corpo-sexuado suas marcas de gênero?

O caráter aparentemente óbvio do gênero e do sexo, formulado com base na compreensão binária e heteronormativa, pode ser também o aparato através do qual esses termos se desconstroem e se desnaturalizam (BUTLER, 2004). A possibilidade de se viver em trânsitos identitários

e sexuais mostra que as fronteiras entre o gênero, o sexo e o desejo são porosas, flexíveis e cheias de contradições e que as mobilidades de gênero não estão condicionadas a um tipo de sexualidade. Não há nada por trás de um gênero que garanta sua ontologia e nenhuma razão para supor que os gêneros devam permanecer em número de dois (BUTLER, 1999).

Nesse sentido, a escolha de uma porta de entrada para um estudo sobre o corpo sexuado parece estar repleta de paradoxos, mas, se os paradoxos são as condições de nossa existência (BUTLER, 2004), será possível evitá-los? A escolha da porta de entrada, neste trabalho, são as possibilidades de desarranjo de noções vistas como estáveis sobre nossas identidades sociais, que, nesse caso, devem estar desvinculadas de qualquer ponto determinante. Assim, propomos, com base no pensamento de Judith Butler, questionar o processo de normatização do corpo sexuado, com vista a causar fricções na norma segundo a qual se qualifica o humano. Partimos do pressuposto de que a natureza do corpo sexuado é “naturalizada”, ou seja, é um processo em curso estritamente social, temporal, variável, contínuo, repetitivo, arbitrário e contingente, mas indispensável como parte de esquemas de constituição dos sujeitos sociais e da materialidade de seus corpos (BUTLER, 2004). Não se trata de negar “fatos naturais”, mas de investigar os dispositivos pelos quais o sexo, o gênero e a sexualidade tornam-se fatos naturais.

Com base nesse objetivo, o trabalho se estrutura a partir de uma perspectiva histórica, desenvolvida por Laquer (2001), sobre a passagem do isomorfismo para o dimorfismo. Em seus trabalhos, Laquer (2001) indica caminhos pelos quais a biologia da diferença sexual pôde ter se desenvolvido e sua relação com os interesses epistemológicos e sociopolíticos da época. Não desejamos, com essa abordagem histórica, procurar a verdade dos fatos, nem

tampouco negar a existência de tal verdade; mas, antes, tentar compreender o processo mesmo pelo qual é produzido e sustentado aquilo que conta como verdade. Apresentamos, em seguida, a noção foucaultiana dos regimes de saber-poder que constituem os sujeitos sexuados (FOUCAULT, 1999). O corpo só ganha significado e é sexuado no contexto das relações de poder, ao ser determinado por discursos. Por fim, entrelaçamos tais perspectivas à percepção butleriana de materialidade corpórea, segundo a qual não há possibilidade de acessar o corpo em sua materialidade, uma vez que o mesmo está, desde o início, aprisionado em redes de significados e valores, sendo o gênero porta de entrada para essa realidade.

## **2 O corpo sexuado: do isomorfismo ao dimorfismo**

As diferenças atribuídas ao corpo afetam o modo como compreendemos e lidamos com a noção de identidade. A tendência é pensar em identidade sexual como um pressuposto dado, básico, comum, na medida em que podemos distinguir, em quase todas as sociedades, alguma forma de distinção masculino/feminino (NICHOLSON, 2000). Entretanto, fazendo alusão a um questionamento butleriano (1999, p. 25), podemos nos referir a um dado sexo sem antes investigar como são dados os sexos e por que meios? Quais as tecnologias que fazem o corpo sexuado? Os corpos anatomicamente diferenciados possuem uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável.

A pesquisa histórica de Laquer (2001) versa sobre a criação do sexo. Em seu trabalho, o autor apresenta um estudo sobre a passagem do isomorfismo para o dimorfismo, demonstrando como a invenção da diferença sexual foi motivada pelos interesses de gênero, de modo que “quase tudo o que se queira dizer sobre o sexo – de

qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero” (LAQUER, 2001, p. 23).

Na representação tradicional do sexo e da reprodução, ilustrada na cultura ocidental pela literatura médica da Antiguidade, segundo Laquer (2001), até o fim do século XVII, a compreensão da natureza sexual humana foi diferente da distinção binária. O autor identifica uma noção que, embora variável em muitos aspectos, operava com um corpo “unissexuado”: uma noção de corpo do sexo único. Até meados do século XVII, os anatomistas trabalhavam com a convenção de que existia apenas um corpo e pelo menos dois gêneros. Não havia uma noção de homens e mulheres pertencentes a sexos incomensuravelmente diferentes. Enquanto que, no dimorfismo, os órgãos sexuais femininos diferem dos masculinos, na convenção isomórfica, os órgãos do corpo feminino eram vistos como menos desenvolvidos que os do corpo masculino.

Nessa noção, o corpo feminino era considerado uma versão inferior do corpo masculino “num eixo vertical de infinitas graduações”. Havia uma estrutura básica do corpo humano e essa estrutura era masculina. Segundo o médico Galeno, seguidor de Aristóteles, as mulheres tinham a mesma genitália que os homens, só que a delas ficava para dentro do corpo e não para fora, devido à falta de calor vital (BOZON, 2004). Assim, a vagina e o colo do útero não eram algo distinto do pênis, mas se constituíam uma versão do pênis menos desenvolvida. A diferença entre masculino e feminino era de grau de perfeição e não de natureza. As mulheres se diferenciavam dos homens por serem machos menos perfeitos, tanto no físico quanto no social, situados hierarquicamente mais abaixo. Nessa época, segundo Laquer (2001), o discurso dominante interpretava os corpos masculinos e femininos como versões hierárquicas e verticalmente ordenadas de um sexo. Os discursos da biologia ligavam as qualidades íntimas e as ex-

periências do prazer sexual à ordem social e cósmica.

Laquer (2001) trata da literatura médica de um corpo cujos fluidos – sangue, sêmen, leite e excrementos variados – são substituíveis, transformando-se uns nos outros, e cujos processos – digestão, menstruação e outros sangramentos – não eram tão facilmente distinguíveis ou assinaláveis para um sexo ou outro, como se tornaram depois do século XVIII. Além disso, acreditava-se que, caso recebessem mais calor, as mudanças nas estruturas corpóreas fariam com que um corpo “feminino” passasse facilmente da categoria social feminina para a masculina. A diferença entre os corpos não era de espécie, mas sim de graus dentro de uma escala de perfeição. Enquanto a mulher poderia ascender na hierarquia, o homem não poderia jamais descender e tornar-se mulher, uma vez que a natureza teria uma tendência a caminhar sempre em direção à “perfeição”.

No final do século XVII, de acordo com Laquer (2001, p. 22), uma ebulição de fatores contribuiu com novas formas de interpretar o corpo, dentre eles, o surgimento de uma nova epistemologia, conjugada a uma revolução sociopolítica, que contribuía na rediscussão do estatuto social da mulher e do homem. Por volta desse século, as diferenças anatômicas e fisiológicas visíveis entre os sexos não eram consideradas, até que se tornou politicamente importante diferenciar biologicamente homens e mulheres. Nesse caso, o discurso científico abandona o sentido de corpo como parte de um microcosmo de uma ordem maior, na qual a experiência sexual humana refletia a realidade metafísica, e produz um corpo de conhecimento que busca diferenças fundamentais entre os sexos. Segundo Laquer (2001, p. 22), uma nova forma de interpretar o corpo surge não como consequência de um maior conhecimento científico específico, mas como resultado, entre outros, de

uma mudança política e epistêmica da época.

Surge o sexo do iluminismo, como fundamento biológico do que é ser feminino e masculino. Ao mesmo tempo, a política criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais. Falar sobre sexualidade em um discurso científico era falar da ordem social que ela representava e legitimava (LAQUER, 2001). A reconstrução do corpo foi intrínseca a esses movimentos e, conseqüentemente, a outros fatores sociais da época. Entre esses fatores, estão: a ascensão evangélica; a teoria política do Iluminismo; as ideias de Locke, de casamento como contrato; o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos no século XVIII; as mudanças motivadas pela Revolução Francesa; o feminismo pró-revolucionário; o sistema de fábricas, com sua divisão sexual do trabalho; dentre outros (LAQUER, 2001, p. 22).

Assim, por volta do século XVIII, a natureza sexual humana parece ter se alterado. A consequência é nossa ideia de “identidade sexual” – “um eu masculino e um eu feminino precisamente diferenciado e profundamente enraizado num corpo diferenciado” (NICHOLSON, 2000, p. 21). A “economia corporal genérica de fluidos e órgãos” começou a ceder diante de uma noção “bissexuada” (LAQUER, 2001, p. 57). O vocabulário que não distinguia sistematicamente partes do corpo como ovários e testículos tornou-se discursivamente diferente; órgãos que não se diferenciavam por um nome específico recebiam um nome; estruturas que eram consideradas comuns a homens e mulheres – esqueleto e sistema nervoso - foram diferenciadas, passando a corresponder aos aspectos culturais do masculino e do feminino, de acordo com o modelo dicotômico (NICHOLSON, 2000). Nasce uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo, não tanto como forma de uma teoria geral da sexualidade, mas sob forma de análise, de contabilidade, de

classificação e de especificação (FOUCAULT, 1999). Não só o sexo é diferente, como são diferentes todos os aspectos concebíveis do corpo e da alma, todos os aspectos físicos e morais. A diferença deixa de ser de grau e se torna de espécie (LAQUER, 2001); o corpo surge, cada vez mais frequentemente, como recurso para atestar a natureza diferenciada dos seres humanos.

Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica deu lugar, no final do século XVII e início do XVIII, a um novo modelo dimórfico, de divergência biológica (LAQUER, 2001). Basicamente, a metafísica transformou o sentido das características físicas: o sinal ou marca da distinção masculino/feminino passou a ser sua causa, aquilo que lhe dá origem (NICHOLSON, 2000).

Dentro da concepção surgida no século XVIII, os corpos de machos e de fêmeas tornaram-se “opostos incomensuráveis, horizontalmente ordenados” (LAQUER, 2001, p. 24). Toda vida política, econômica e cultural passou, de certa forma, a apoiar-se no “fato” de que havia dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos. Assim, toda uma psicologia da diferença pôs-se a acompanhar essa biologia (BOZON, 2004). A esse respeito, deve-se observar ainda que o fato de os grandes anatomistas renascentistas persistirem em ver a vagina como uma versão interna do pênis e de os anatomistas modernos perceberem dois sexos incomensuráveis sugere que o sexo é situacional, sendo quase todos os sinais da diferença dependentes de um contexto sociopolítico e epistemológico que decide o que conta como evidência (LAQUER, 2001).

Michel Foucault, um dos importantes autores que se debruçou sobre o tema, foi o primeiro a tornar problemática a natureza da sexualidade humana com relação ao corpo. O autor tratou de interrogar os discursos sobre o sexo das sociedades moder-

nas ocidentais a partir do século XVII. Seu ponto essencial era fazer uma genealogia do “fato discursivo” global, da “colocação do sexo em discurso” (FOUCAULT, 1999, p. 16). No tópico seguinte, tentaremos expor sua perspectiva e problemática.

### **3 Vontade de saber sobre o sexo: a sexualidade no cerne do biopoder**

Como vimos, o conhecimento sobre o sexo é situacional, dependente de um contexto social que decide o que conta como evidência dos sinais das diferenças. Esse conhecimento, segundo Foucault (1999), está sempre embutido de poder, de tal forma que não se pode dissociar um do outro. Considerar o conhecimento sobre o corpo sexuado exterior ao poder é a base do que o filósofo chama “hipótese repressiva do poder”. Em *História da sexualidade*, Foucault (1999) argumenta contra tal hipótese, segundo a qual o desejo seria reprimido pela lei, e a Psicanálise o libertaria, conferindo-lhe positividade pela fala. De fato, a partir do século XVII, houve uma proliferação discursiva sobre o sexo, mas esse estímulo à fala também constituiu um meio de controle da sexualidade, um dos mecanismos do biopoder.

Considerando o marco histórico de interpretação dos corpos sexuados como dimórficos, segundo Foucault (1999), a sociedade que se desenvolveu a partir do século XVII – sociedade burguesa, capitalista ou industrial – deu início a uma época de tratamento peculiar ao sexo, não como exclusiva proibição (como se pressupunha na hipótese repressiva), mas, sobretudo, através da incitação dos discursos. Essa época foi marcada por seu caráter inventivo de uma nova economia de poder, com a criação de uma série de técnicas de poder que agem positivamente por inclusão, produção e formação de saber. A burguesia dessa época empenhou-se em criar para si uma sexualidade e constituir, a partir dela, um corpo

específico – um corpo de uma “classe” com saúde, higiene, descendência e raça. O sexo confiscado para dentro do quarto do casal (legítimo procriador) e absorvido na função de reprodução não cessou de provocar incitações a falar e dispositivos a ouvir e registrar. Sua liberdade, seu conhecimento e o direito de falar dele eram partes de um regime de saber que submeteu o sexo a uma abundante enunciação e a uma fermentação discursiva, acelerada a partir do século XVIII. Esses discursos passaram a não colocar o domínio do sexo exclusivamente sob o registro da culpa e do pecado, do excesso ou da transgressão, mas sim no regime do normal e do patológico (FOUCAULT, 1999, p. 66). Tratavam de dizer a verdade sobre o sexo, de modificar sua economia no real, de subverter a lei que o rege, de mudar seu futuro pela racionalidade e cientificidade (FOUCAULT, 1999, p. 13).

A sexualidade como atributo humano singular é correlata dessas práticas discursivas. Através do dispositivo que vincula a prática de confissão (prática já existente desde a Idade Média) aos métodos de escuta clínica (discurso científico), pôde aparecer algo como “sexualidade” enquanto verdade do sexo e dos prazeres (FOUCAULT, 1999, p. 67). Foucault (1999) explica que a própria existência da sexualidade enquanto uma essência dada, que se manifesta nos sujeitos que a trazem consigo, é uma invenção histórica da racionalidade moderna, um dispositivo de poder, tendo início na Europa por volta do século XVII. A partir dessa época, a sociedade ocidental produziu uma série de discursos sobre o sexo, com o intuito de criar saberes científicos e verdades sobre os corpos. A sexualidade é, segundo Foucault (1999), parte dessa “economia discursiva” que inscreve o sexo não somente no domínio do prazer, mas também em um regime ordenado do saber que determina suas características fundamentais.

Essa curiosidade inédita em torno do prazer e do corpo formou-se no próprio campo do exercício do poder. Foucault (1999) ressalta que, entre os séculos XVII e XVIII, o mundo europeu vivenciou a inserção da vida humana na esfera da administração dos corpos e da gestão calculista da vida através de uma série de intervenções e controles reguladores: o que o autor chama de uma biopolítica da população. O próprio Estado assumia a tarefa de gerir a vida através da articulação entre dois eixos, ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. Um dos eixos centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na exortação de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade etc. O outro centrou-se no corpo como espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo como suporte dos processos biológicos: a proliferação dos nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade. O sexo torna-se acesso à vida do corpo e, ao mesmo tempo, à vida da espécie. Isso porque a biopolítica articula biopoderes capazes de englobar o corpo do indivíduo e o corpo da população, o orgânico e o biológico.

Tais processos foram assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores. Nascia uma população como problema econômico e político. Os governos perceberam que não teriam de lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, mas sim com uma “população”, com suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, fecundidade, alimentação e outros (FOUCAULT, 1999). Tornou-se necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis etc. Pela primeira vez, a fortuna e o futuro da sociedade eram ligados à maneira como cada pessoa usava o seu sexo. Através da economia política da população e pela disciplina do

corpo, formou-se uma teia de observações sobre o sexo. Essas observações tornaram a sexualidade um domínio penetrável “naturalmente” por processos patológicos, que solicitava intervenção médica e normalização. Assim, entraram também, em atividade, outros focos que suscitaram os discursos sobre o sexo, tais como a Medicina, a Psiquiatria, a Justiça Penal, a Pedagogia e toda a estrutura do espaço escolar.

Abre-se, assim, segundo Foucault (1999), a era do biopoder. Uma explosão de técnicas diversas para obter a sujeição dos corpos e o controle das populações. Falou-se de sexo, não apenas como uma coisa que se deve simplesmente coordenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, mas se administra. Através de pesquisas quantitativas ou causais, o discurso formulado sobre o sexo deixa de ser um discurso unicamente da moral e passa a ser também da racionalidade (FOUCAULT, 1999). É uma tecnologia do sexo inteiramente nova, porque sem ser realmente independente da temática do pecado, escapa, pelo discurso científico e racional, da instituição eclesiástica.

A característica dos séculos XVIII e XIX é a variedade, a larga dispersão dos aparelhos inventados para falar do sexo, para fazê-lo falar, para obter que fale de si mesmo, para escutar, registrar, transcrever etc. (FOUCAULT, 2005). Em seu estudo, Foucault (1999) aborda diversos discursos e diferentes formas de articulação poder-saber que marcaram a história do corpo sexuado. Seu objetivo era entender os mecanismos pelos quais o que é considerado problema ganha tal *status*. Segundo o autor, não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações do sexo, mas parece possível distinguir, a partir do século XVIII, quatro conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos es-

pecíficos de saber e poder a respeito do sexo. São eles: (1) a histerização do corpo da mulher; (2) a pedagogização do sexo da criança; (3) a socialização das condutas de procriação; e (4) a psiquiatrização do prazer perverso (FOUCAULT, 1999, p. 99). Considerando esses dispositivos de saber-poder, se a preocupação com o sexo aumentou ao longo do século XVIII, quatro figuras se esboçaram como objetos privilegiados de saber e alvos ou pontos de fixação de empreendimentos do poder: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano e o adulto perverso. Cada uma dessas figuras tornou-se correlativa a uma daquelas estratégias, que percorreram ou utilizaram o sexo das crianças, dos homens e das mulheres.

O poder, tal como Foucault trabalha, aparece em sua análise, como já mencionado, em contraposição ao que o autor chama de “hipótese repressiva”. Foucault não adere à conceituação de poder em que o mesmo é compreendido como externo, assumindo uma forma geral, homogênea e sempre negativa. Para o filósofo, o poder disfarça uma parte importante de si mesmo – seu caráter produtivo –, e só assim ele é tolerado e aceito. De acordo com Foucault (2002, p. 203), o poder não deve ser entendido apenas “como dominação, como supremacia, como um dado fundamental, um princípio único. Ao contrário, ele sempre deve ser considerado em relação a um campo de interações, contemplado em uma relação que não pode ser dissociada de formas de conhecimento”. Pode-se afirmar que o poder é onipresente, pois se produz a cada instante, em todas as relações entre um ponto e outro. Para o autor, o indivíduo é, desde o seu surgimento, modelado por um poder regulador, cuja característica de funcionamento é sua capacidade criativa para disfarçar sua genealogia e estratégia de permanência. Tem-se que sempre onde há poder, há resistência. Se, como afirmarmos, o poder se dá nas relações através dos discursos, é

também o discurso que cria a possibilidade de resistência. Dessa forma, essa resistência não se encontra nunca em posição de exterioridade, mas em pontos móveis e transitórios. Assim,

é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento de efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo (FOUCAULT, 1999, p. 96).

Nas relações de poder, a sexualidade é um dos elementos dotados de maior instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras e servindo de articulação às mais variadas estratégias, funcionando de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. É por isso que, no século XIX, ela foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes. A sexualidade é um dispositivo histórico e deve ser pensada a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas; é uma forma de moldar o *self* “na experiência da carne”, que se constitui em torno de certas formas de comportamento (FOUCAULT, 1999). É assim que as micropáticas do biopoder aparecem fortemente ligadas à sexualidade. “Sexualidade é um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 136); ela se põe como um instrumento de subjetivação, como uma ferramenta do poder.

Aqui cabe o conceito foucaultiano de episteme, segundo o qual cada época tem seus paradigmas típicos, que orientam e condicionam a produção científica e intelectual de um dado momento histórico. Desse modo, não há uma abordagem puramente epistêmica da sexualidade, que seja isenta. As categorizações são feitas e sustentadas pelas relações de poder existentes, que

operam indicando quem, o quê e que prática são considerados reais ou verdadeiros. Assim, a sexualidade, longe de ser um fenômeno natural, é, ao contrário, profundamente suscetível às influências sociais e culturais; é produto de forças sociais e históricas. É a sociedade e a cultura que designam se determinadas práticas sexuais são apropriadas ou não, morais ou imorais, saudáveis ou doentias. A história da nossa concepção de sexo e sexualidade é a história dos sistemas de valores fundamentais em cada sociedade.

Nesse ponto, na medida em que a sexualidade é coextensiva à existência humana e produto de forças sociais e históricas, os termos que desenham o campo de possibilidade dos sujeitos surgem como elementos centrais neste trabalho. A materialidade do corpo e seu gênero aparecem como *locus* principal desta discussão.

#### 4 Radicalizando a materialidade do corpo

Até agora, com a finalidade de expandir e realçar um campo de possibilidades para a vida corpórea, este trabalho se empenhou em apresentar a diferença sexual e o corpo natural como socialmente postos, como parte de uma economia discursiva de uma determinada época e cultura (FOUCAULT, 1999). O corpo tem uma historicidade, como apresentado por Laquer e Foucault, e se constitui nas/pelas relações de poder. Há uma história social ligada às diferenças sexuais e ao sexo: termos como “natureza”, “sexo”, “masculino”, “feminino”, “biologia”, “pênis”, “vagina”, “sexualidade” e “gênero” não existem fora de um marco cultural. A própria noção de sexo, tomado como um dispositivo de sexualidade por Foucault, permitiu, segundo o autor, agrupar elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres. “Foi por meio desse dispositivo de sexualidade que o sexo pôde funcionar como prin-

cíprio causal, de sentido onipresente [...]: o sexo pôde funcionar como significante único e significado universal” (FOUCAULT, 1999, p. 144-145).

Tal percepção foucaultiana tem presença fundamental nas reflexões de Butler. Foucault procurou compreender os mecanismos pelos quais os corpos só ganham significados e são sexuados no contexto das relações de poder, ao serem determinados por um discurso. Similarmente, Butler (2004) põe em pauta os processos pelos quais os fatos naturais vêm a ser naturalizados. Com base na noção de poder produtivo de Foucault, a autora investiga os termos que compõem o campo de possibilidade dos sujeitos, recusando qualquer realidade biológica que antecede o discurso e sobre a qual a cultura imprimiria suas marcas, ou a partir da qual se construiria o gênero. Rejeitando a metafísica da substância, mais do que descartar a natureza biológica, Butler a desloca inteiramente para dentro do âmbito discursivo da linguagem e da cultura (TORRANO, 2010). Tal natureza é socialmente produzida, um efeito que então aparece como anterior, escondendo sua origem. Com isso, segundo Butler (2004), não é suficiente afirmar que os sujeitos estão mergulhados em seu próprio contexto; mais do que isso, o sujeito só é permitido, possibilitado e legitimado por tal contexto - sua cultura, linguagem e história. Assim sendo, a fonte de significado não é o corpo, mas são as práticas significantes que insistem em localizar o corpo como anterioridade posta.

Segundo o conceito de materialidade de Butler (2004), a ontologia não pode ser separada da sua historicidade: ela é uma imposição normativa, de modo que não há nenhum *status* ontológico para o gênero, o sexo ou o corpo para além dos atos discursivos. Nesse sentido, não há possibilidade de acessar o corpo em sua materialidade, uma vez que ele está, desde o início, “aprisionado” em uma rede de significados e valores que contribuem para formar

seu próprio contorno físico. O gênero é parte dessa estrutura, quando não a matriz de todas as estruturas. Para Butler (1999), o gênero vem antes da possibilidade de um eu; é um tipo de porta de entrada para a realidade, pelo qual passam os seres humanos para alcançar a humanidade completa.

A crítica de Butler (1999) à confiança na primazia e anterioridade da diferença sexual está imediatamente implicada na visão de gênero enquanto artefato cultural e corporal, enquanto lócus sobre o qual a cultura age imprimindo suas marcas. A autora substitui a questão acerca do gênero, como a interpretação do sexo, pela questão de desvendar como o gênero trabalha “materializando” o corpo sexuado. Dessa forma, é possível compreender que teorizar o sexo como algo biologicamente posto contribui para a sua fixação enquanto norma. Tal questão pode ser mais complexa, mas é também mais próspera. Quando Butler (1999) assume que não podemos traçar o caminho segundo o qual o gênero se referiria a uma realidade biológica anterior à cultura, a autora acaba com o problema daqueles que afirmam que o gênero é regulado por uma força que lhe é exterior. Em síntese, Butler (1999) critica a visão consolidada de gênero, que o trata como leitura social da verdade do sexo - esse sim, um dado biológico, natural e bruto. A diferença sexual e o corpo natural são, eles mesmos, socialmente postos; o sexo não é uma descrição ou algo que se possua, um constante estático; é uma norma, um ideal.

A questão acerca do gênero, como a interpretação social do sexo, também é preocupação de teóricas como Joan Scott (2005), Linda Nicholson (2000) e Anne Fausto-Sterling (2001/2002). Suas percepções apontam para a necessidade de examinar as categorias identitárias de um novo ângulo, o que tem resultado nas teorias de gênero. Entre as autoras, é comum o reconhecimento da importância da crítica ao universalismo, ao essencialismo, ao bina-

rismo e ao racionalismo iluminista. A percepção da diferença sexual aponta para um sujeito marcado por particularidades que se pretendiam universais. Suas críticas evidenciam o fato de que, embora a categoria mulher tenha sido introduzida para unir e criar uma solidariedade na identidade, o feminismo mantinha ainda a clivagem na distinção entre sexo e gênero, permanecendo nessa distinção a premissa de que há um biológico anterior: o sexo, no qual o gênero se baseia.

Scott (2005) associa a crítica ao binarismo e ao essencialismo. Segundo a autora, precisamos de teorias que nos permitam pensar em termos de pluralidades e diversidades, em lugar de unidades e universais; com isso, invoca a necessidade de romper como esquemas tradicionais das velhas tradições filosóficas ocidentais, baseadas em esquemas binários que constroem hierarquias, tal como aquela entre universos masculinos e especificidades femininas. A oposição binária, segundo esta autora, ao mesmo tempo em que contrapõe os dois termos da oposição, constrói a igualdade de cada lado da oposição e oculta as múltiplas identificações entre os lados opostos. Com isso, cada lado da oposição é apresentado e representado como um fenômeno unitário. Assumir que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa é suprimir as diferenças dentro de cada categoria (SCOTT, 2005).

Também, em seu artigo “Interpretando o gênero”, Nicholson (2000) faz uma distinção entre o “determinismo biológico” e o “fundacionalismo biológico”. O primeiro, que sempre recebeu críticas por parte das feministas, foi o que permitiu trabalhar os gêneros na sua qualidade de construção cultural. No entanto, como argumenta a autora, a rejeição ao determinismo biológico não significa a ausência do biológico para se pensar o social. O termo “gênero” tem envolvido diferentes formas de entender o aspecto biológico para explicar o comportamento e

a personalidade. “Gênero” foi primeiramente utilizado para se contrapor ao determinismo biológico, de modo que foi desenvolvido como uma oposição a “sexo”, o primeiro designando o que é socialmente construído, e o segundo, o que é biologicamente dado, concepção que a autora chama de fundacionalismo biológico.

De acordo com a interpretação de Nicholson (2000, p. 13), no fundacionalismo biológico, “o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos. Assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada”. Nesse sentido, a autora invoca uma noção “porta-casacos” da identidade para descrever a relação entre biologia e socialização dentro tal concepção. Em tal noção, o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especialmente os relativos à personalidade e ao comportamento (NICHOLSON, 2000). A teórica encontra, em tal noção, um obstáculo à compreensão das diferenças entre mulheres, diferenças entre homens e diferenças em relação a quem pode ser homem ou mulher.

As feministas, com base nesse fundacionalismo biológico, não questionavam o domínio do sexo físico. Butler (1993, p. 49) pede, nesse sentido, que “percebamos como invocar uma matéria é invocar uma história sedimentada da hierarquia sexual e de apagamentos sexuais que certamente deveriam ser objeto de investigação feminista”. Ainda, conforme crítica de Sterling (2001/2002), quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo”, mais clara fica que o “sexo” não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero.

Cabe explicar, então, se desde sempre já temos o gênero, onde fica o sexo? Se o gênero pertencia antes ao âmbito da cul-

tura, e o sexo, ao da natureza, localizá-los na esfera cultural significa que os corpos não importam?

A aparente facticidade de fatos extralinguísticos, mesmo sendo ela mesma produzida na e pela linguagem, não implica eliminar sua materialidade, negar sua existência, nem tampouco censurar toda e qualquer menção ao que estaria fora do âmbito discursivo. Assim, não se trata de negar a materialidade do corpo, da mesma forma que não se trata de presumi-la, pois a matéria não é um simples referente, uma positividade bruta. Trata-se, antes, de perceber que o recurso ao que é exterior à linguagem é feito por intermédio da própria linguagem, sem que ela, em momento algum, se ausente. Para Butler (2004), a matéria tem um caráter processual, de modo que se materializar equivale a se investir de poder; a materialidade tem uma dimensão repetitiva, processual e temporal que é indissociável dela mesma. Esse caráter processual do conceito de matéria poderia ser traduzido por corpos materializados que se materializam, em que se materializar equivale a ganhar importância. Daí a dinâmica da diferenciação na materialização dos corpos, pelos quais alguns são mais bem sucedidamente materializados que outros. Assim, corpos que se materializam, que ganham peso, que ganham significância, são corpos que significam.

Aqui a própria materialidade do corpo rende-se ao gênero. O gênero é um conceito-chave para entendermos a materialidade do sexo e como ele se faz passar por natural. Voltemos à situação do nascimento (grito do médico sobre o sexo do bebê): não é um diagnóstico imparcial e descompromissado, mas um comando, a enunciação de uma norma, cujo espaço, em uma dada sociedade, pode ser tanto maior quanto maior for a conformidade dos seus agentes com ela: a menina ou o menino há de ser do modo como as meninas/meninos são – psíquica e fisicamente (BENTO, 2010) e a sociedade

se organiza confiando nessa diferença sexual.

Butler acrescenta o gênero à fórmula foucaultiana, segundo a qual vir a ser sujeito, através do gênero, equivale a submeter-se ao gênero, de forma que, para a autora, somos, a um tempo, sujeitos pelo gênero e sujeitos ao gênero. A interpelação do gênero é fundadora: ao ser nomeada, a criança é trazida ao domínio da cultura, da família, da linguagem, passando do isso a “ele”/“ela”. Assim, a citação do médico “é um menino”/“é uma menina” tem força enunciativa vinda de convenções sociais que são (re)citadas e (r)evocadas nesse nomear (TORRANO, 2010).

O ato de nomear é as boas-vindas daquela coisa no mundo inteligível, que constrange a coisa à forma do nome no mesmo movimento pelo qual a inaugura: não de uma vez por todas, mas a cada momento (BUTLER, 1999). As normas não agem apenas uma vez no nosso surgimento; elas agem constantemente, continuamente; isto é, o sujeito é produzido repetidamente, de forma que não é uma unidade unívoca, consistente e autoidêntica; é uma unidade dissociada, multiplamente constituída. Em outras palavras, ele não é produzido de uma vez por todas, e sua produção certamente não coincide com o momento de seu nascimento. Não há um resultado final ou uma conclusão; tudo o que há são processos. Esse sujeito, que surge continuamente como fruto de um poder relacional instável e insistente, não tem nem início nem fim e não pode ser tomado por uma unidade coerente e consolidada (BUTLER, 2004).

## 5 Para concluir: causando fricções na norma segundo a qual se qualifica o humano

Ao longo deste trabalho, argumentamos que não existe corpo livre de investimento discursivo *in natura* e que a natureza do corpo sexuado é naturalizada nas/pelas

relações de poder. Como apresentado, a intervenção que construiu o corpo sexuado como dimórfico e amarrou o destino desse corpo à sua genitália é parte de uma série de normas sociais que tiveram como compromisso o objetivo de controlar e produzir a “sexualidade normal” em corpos sexuados. Dessa perspectiva, os atos que fazem os corpos sexuais são experiências compartilhadas pelas significações sociais. O sexo anatômico não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática, mas um qualificador para se adentrar na categoria humano e tornar-se sujeito em um mundo previamente posto, possibilitado por normas que nos antecedem.

Nossos corpos e nossa subjetividade estão marcados, desde o início, por um discurso colocado para nós por outro. Isso nos torna, de certo modo, exteriores a nós mesmos: “estou fora de mim desde o início, e devo estar, para sobreviver, e para fazer parte do reino possível” (BUTLER, 1993, p. 32, tradução nossa). Este outro aparece diante de mim e faz exigências sobre mim, estrutura meu ser desde o começo. Entretanto, ninguém, de fato, cumpre completamente as suas próprias expectativas da normatização, dado que a norma se coloca como um ideal a ser conquistado que nunca é plenamente atingido em sua instância material. Há, dessa forma, uma falha da identidade que lhe é inerente; daí o caráter fictício da norma do gênero, uma vez que trata de uma categoria histórica, um estilo corporal, uma representação fantasiosa do corpo, instituída e inscrita na superfície corporal por normas sociais (BUTLER, 1999).

As normas do gênero são um projeto que visa a sobrevivência cultural, um ideal, norma que nunca pode ser inteiramente internalizada (BUTLER, 1999), pois a distinção mesma entre interno e externo é concomitante à instituição do sujeito e de suas identidades. Desse modo, a construção social dos sujeitos é sempre parcial, nunca exaustiva, e deixa um resto, por assim

dizer, uma vez que nem tudo é produzido de acordo com as normas (BUTLER, 1999).

Chegamos, assim, ao caminho indicado por Butler à possibilidade de desarranjo na norma segundo a qual se qualifica o humano. Há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros inteligíveis (homem/masculino e mulher/feminino) e, ao fazê-lo, demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. As fronteiras que delimitam o campo do que se pode conhecer guardam sempre a possibilidade de desarranjo; assim, toda existência que persiste para além das bordas do legítimo distorce e expande forçosamente essas mesmas bordas. O fato de o abjeto ser, por seu nascimento, ameaçador por definição permite que ele seja não somente uma contestação constante, mas um recurso crítico, desestabilizador da regulação das práticas identificadoras que traçam a linha entre legítimo e ilegítimo, humano e inumano. Ao mesmo tempo em que cria o que não é inteligível enquanto tal, o abjeto instaura, no mesmo ato, o inteligível, o possível. Com isso, é o abjeto, a exceção, o excepcional, que nos sinaliza o caráter produtivo do discurso, que pode nos mostrar que há apenas contingência e arbitrariedade naquilo que é dado por necessário (BUTLER, 2004). O estranho, por sua própria incoerência, expõe a construção do que se passa por atemporal e mostra que existem formas de se construir diferentemente.

É justamente onde se distorcem as condições de aceitabilidade de um sistema que vemos que as normas sempre falham em constituir plenamente os sujeitos e que são impossíveis de ser incorporadas plenamente. No entanto, essa falha é a condição de possibilidade para se constituir, onde o que é constituído é um sujeito agente, que, enquanto tal, é maior que o processo pelo qual surge, maior que a cena inauguradora de sua interpelação (BUTLER, 2004). Nunca estamos capazes de nos desligar da ideo-

logia; por isso, devemos trabalhar com as ferramentas da ideologia dominante, para subverter os efeitos materiais dessa socialização e, assim, alcançar um futuro aberto para nossos corpos no mundo. A fim de alcançar tal objetivo, é preciso, segundo Judith Butler (2004, p. 228), “ficar na berlinda do que já sabemos, colocar nossas próprias certezas epistemológicas em questão, e, através desse risco e abertura a uma outra maneira de conhecer e viver no mundo, expandir nossa capacidade de imaginar o humano”.

### Referências bibliográficas

BENTO, B. As tecnologias que fazem os gêneros. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E GÊNERO, 8., 2010, Curitiba. *Anais...* 2010. Disponível em: <[http://www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/eventos/cictg/conteudo\\_cd/E8\\_As\\_Tecnologias\\_que\\_Fazem\\_os\\_G%C3%AAneros.pdf](http://www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_G%C3%AAneros.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2011. p. 1-13.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BUTLER, J. **Undoing gender**. Nova York; Londres: Routledge, 2004.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el género**. Barcelona; Buenos Aires; México: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York; Londres: Routledge, 1999.

\_\_\_\_\_. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. Nova York; Londres: Routledge, 1993.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 1 v.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado (Org.). São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. What is critique? In: INGRAM, D. (Ed.). **The political**. Tradução de Lysa

Hochroth. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2002. p. 191-211.

LAQUER, T. **Inventando o sexo-corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

STERLING, A. Dualismo em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17/18, 2001/2002.

TORRANO, L. H. **O campo da ambivalência: poder, sujeito, linguagem e o legado de Michel Foucault na filosofia de Judith Butler**. 2010. 126 f. Dissertação. (Mestrado em Filosofia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.